



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE

UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA – UAST

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**MEDIDAS ECONÔMICAS E DE ENFRENTAMENTO VOLTADAS PARA A REDUÇÃO
DOS IMPACTOS DA COVID-19 NO BRASIL**

ERICK SÂNDENEY RODRIGUES DE LIMA

Serra Talhada - PE

2021

ERICK SÂNDENEY RODRIGUES DE LIMA

**MEDIDAS ECONÔMICAS E DE ENFRENTAMENTO VOLTADAS PARA A REDUÇÃO
DOS IMPACTOS DA COVID-19 NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural
de Pernambuco - UFRPE.

Orientadora: Profa. Loraine Meneses dos Santos

Serra Talhada - PE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L732m Lima, Erick Sândeneu Rodrigues de
 MEDIDAS ECONÔMICAS E DE ENFRENTAMENTO VOLTADAS PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS
 DA COVID-19 NO BRASIL / Erick Sândeneu Rodrigues de Lima. - 2021.
 39 f. : il.
- Orientadora: Loraine Meneses dos Santos.
 Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
 Bacharelado em Ciências Econômicas, Serra Talhada, 2021.
1. Políticas Econômicas. 2. Impactos da Covid-19. 3. Enfrentamento da Covid-19. 4. Covid-19 no Brasil.
 5. Panorama da Covid-19. I. Santos, Loraine Meneses dos, orient. II. Título

CDD 330

ERICK SANDENEY RODRIGUES DE LIMA

**MEDIDAS ECONÔMICAS E DE ENFRENTAMENTO VOLTADAS PARA A REDUÇÃO
DOS IMPACTOS DA COVID-19 NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural
de Pernambuco - UFRPE.

Aprovado em: Serra Talhada, 17 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Loraine Meneses dos Santos, orientadora
UAST-UFRPE

Prof. Adelson Santos da Silva
UAST-UFRPE

Profa. Priscila Michelle Rodrigues Freitas
UAST-UFRPE

Aos meus maiores incentivadores, minha mãe, Maria
do Socorro Rodrigues e meu pai, Erinaldo Andreino
de Lima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Aos meus pais que mesmo diante de momentos de dificuldade nunca mediram esforços para que eu pudesse ter uma boa educação e estar sempre buscando maior instrução. De tal modo que nos momentos mais difíceis da graduação eu sempre tive uma força, uma energia extra, pois sentia que estavam comigo e o objetivo final não era só por mim. Além disso, a possibilidade de cursar uma universidade federal de tanto prestígio como a Universidade Federal Rural de Pernambuco e especialmente o curso de Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada sempre foi inspiradora.

Também sou grato às diversas amizades feitas na universidade, das quais compartilhamos dos mais variados momentos, e na maioria deles sempre houve quem auxiliasse nas dificuldades e nos desânimos, não só, mas também fazendo de momentos especiais e de felicidade ainda mais incríveis. Apesar da distância de alguns, não tenho dúvidas de que ganhei amigos para o resto da vida. Ainda que longe, estão a uma mensagem de distância.

Aos docentes da UFRPE por tanta dedicação que contribuíram imensamente para o meu aprendizado, por ensinamentos que sem dúvida sempre lembrarei. Além da inspiração em querer sempre saber um pouco mais.

Por fim, agradeço a todos os funcionários da UFRPE que sempre colaboraram da melhor forma para que tivéssemos nossas necessidades atendidas dentro da realidade.

“You can’t connect the dots looking forward; you can only connect them looking backwards. So you have to trust that the dots will somehow connect in your future. You have to trust in something — your gut, destiny, life, karma, whatever.”

Steven Jobs

RESUMO

O intuito do trabalho visa essencialmente sintetizar os efeitos econômicos da crise decorrente da Covid-19 e a resposta das ações públicas de enfrentamento no Brasil, observando posteriormente os resultados e variações de índices econômicos. Além disso, observar ações econômicas iniciais adotadas em diferentes países e as razões, também serão vistas medidas de enfrentamento que contemplaram melhores cenários, assim oferecendo apoio para reflexão dos formuladores sobre quais seriam as medidas básicas a serem utilizadas e em que grau, haja vista que elas dependem das especificidades de cada país. Ou seja, uma das finalidades é auxiliar nos debates atuais sobre o ajustamento das formulações das políticas, sem pretensão de originalidade, abordando mais um extrato da bibliografia econômica atual do tema com as devidas referências. De forma geral, foram observadas as políticas econômicas adotadas no Brasil e posteriormente os resultados advindos delas e das medidas de enfrentamento, buscando concluir se há indícios de que nesse cenário adverso e inesperado a atuação conseguiu atenuar as implicações e se diferentes políticas poderiam trazer melhores resultados. Para isso, foram observadas as implicações nas variáveis inflação, desemprego, renda, consumo e PIB. Além de vistas ações que contribuíram no enfrentamento e conseqüentemente de forma positiva nas variáveis econômicas. Especificamente, a pesquisa apresenta breves considerações sobre as implicações econômicas da pandemia da Covid-19, contando com um rápido panorama das medidas econômicas adotadas por um conjunto de países, destacando suas similaridades e especificidades, além de diferentes abordagens de enfrentamento que contemplam melhores cenários, com isso apresentando possíveis alternativas e contrapondo às adotadas no Brasil. Por fim, conclui-se que há estímulos positivos nas variáveis econômicas que atenuaram os impactos, mas há indícios de que diferentes políticas trariam melhores resultados e que medidas tardias de prevenção agravaram as implicações.

Palavras-chave: Políticas Econômicas. Impactos da Covid-19. Enfrentamento da Covid-19. Covid-19 no Brasil. Panorama da Covid-19.

ABSTRACT

The purpose of the work is essentially to synthesize the economic effects of the crisis resulting from Covid-19 and the response of public actions to fight it in Brazil, later observing the results and variations of economic indices. In addition, observing the initial economic actions adopted in different countries and the reasons, will also be seen coping measures that contemplated better scenarios, thus offering support for the formulators' reflection on what would be the basic measures to be used and to what extent, given that they depend on the specifics of each country. In other words, one of the purposes is to assist in current debates on the adjustment of policy formulations, without claiming originality, approaching yet another extract from the current economic bibliography on the subject with appropriate references. In general, the economic policies adopted in Brazil were observed and subsequently the results arising from them and the coping measures, seeking to conclude if there are signs that in this adverse and unexpected scenario, the actions managed to mitigate the implications and if different policies could bring better results. For this, the implications in the variables inflation, unemployment, income, consumption and GDP were observed. In addition to looking at actions that contributed to the confrontation and consequently positively in economic variables. Specifically, the research presents brief considerations about the economic implications of the Covid-19 pandemic, with a quick overview of the economic measures adopted by a group of countries, highlighting their similarities and specificities, as well as different coping approaches that contemplate better scenarios, thus presenting possible alternatives and contrasting those adopted in Brazil. Finally, it is concluded that there are positive stimuli in the economic variables that attenuated the impacts, but there are signs that different policies would bring better results and that late prevention measures aggravated the implications.

Keywords: Economic Policies. Impacts of Covid-19. Covid-19 confrontation. Covid-19 in Brazil. Panorama of Covid-19.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 O impacto macroeconômico de uma pandemia.....	12
2.2 - Medidas econômicas iniciais adotadas por um conjunto de países a fim de reduzir os graves efeitos da pandemia.....	14
2.3 - Covid-19 na economia brasileira, políticas econômicas, interpretações e ações do Copom conforme os cenários.....	16
3 METODOLOGIA.....	22
4 IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS	23
4.1 - Pré-pandemia.....	23
4.2 - Pandemia, o início.....	24
4.3 - Pandemia, após um ano.....	25
5 ABORDAGEM NO ENFRENTAMENTO.....	29
5.1 - A abordagem no Brasil e por que alguns países são mais eficientes contra a covid-19.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO:

Atravessando uma já difícil recuperação econômica de períodos pré-pandemia, o Brasil ficou ainda mais fragilizado com o advento da Covid-19, tendo assim que lidar com um duplo cenário adverso. Nesse contexto, uma das primeiras ações do Governo foi direcionar recursos para assistência social, o que atenua os impactos sobre os mais necessitados. Além disso, estímulos como esse evitam fortes choques na economia (WORLD BANK, 2021).

Além do desafio inicial, uma nova e pior variante do vírus reforçou a necessidade ainda maior de se formular estratégias no combate, principalmente pelo sistema de saúde que estava em situação crítica. Quanto às vacinas, apesar de aliviar e dar esperança, consiste em um processo lento, principalmente se não houver um plano bem formulado e coordenado. Assim, ainda que atenuados, os efeitos da pandemia sem dúvidas corroem variáveis econômicas que levaram considerável tempo para se chegar a níveis que nem sequer ainda eram os ideais, por exemplo, a taxa de pobreza, que apesar do contexto foi reduzida devido às políticas assistenciais temporárias, no entanto é previsto o aumento pós fim dos programas (WORLD BANK, 2021).

Tendo em vista a importância do desenvolvimento econômico, e que é do interesse de todos, há significativa importância em analisar as variações na economia decorrentes dos instrumentos disponíveis aos governantes na condução para melhores indicadores. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral observar as políticas econômicas adotadas no Brasil e posteriormente os resultados advindos delas e das medidas de enfrentamento, buscando concluir se há indícios de que nesse cenário adverso e inesperado a atuação conseguiu atenuar as implicações e se diferentes políticas poderiam trazer melhores resultados. Para isso, foram observadas as implicações nas variáveis inflação, desemprego, renda, consumo e PIB. Além de vistas ações que contribuíram no enfrentamento e consequentemente de forma positiva nas variáveis econômicas.

Especificamente o presente trabalho apresentará breves considerações sobre as implicações econômicas da pandemia da Covid-19, mostrará um panorama das medidas econômicas e de enfrentamento adotadas por um conjunto de países, destacando a similaridade das medidas econômicas e as abordagens de enfrentamento que contemplaram melhores cenários, contribuindo para melhores resultados econômicos e, com isso, apresentando possíveis alternativas e contrapondo às adotadas no Brasil.

Assim, as hipóteses consistem em observar se há indícios de que as políticas atenuaram os impactos ou resultaram as expectativas dos formuladores, se há evidência de que políticas diferentes trariam melhores resultados e se medidas tardias de prevenção agravaram os impactos.

O intuito do trabalho é oferecer apoio para reflexão dos formuladores de políticas econômicas sobre quais seriam as medidas básicas a serem utilizadas e em que grau, haja vista que elas dependem das especificidades de cada país. Ou seja, uma relevância do trabalho é auxiliar nos debates atuais sobre o ajustamento das formulações das políticas, sem pretensão

de originalidade, abordando mais um extrato da bibliografia econômica atual do tema com as devidas referências.

Dessa forma, inicialmente será apresentada no segundo capítulo a origem da Covid-19 e uma análise mais epistemológica; na primeira seção, será apresentado o impacto macroeconômico de uma pandemia; na segunda seção, serão vistas as medidas iniciais adotadas por um conjunto de países a fim de reduzir os graves efeitos da pandemia. Em seguida, na terceira seção, a pesquisa mostra uma visão mais ampla do cenário brasileiro em três períodos distintos com a interpretação do Comitê de Política Monetária, suas ações e expectativas para a economia do país. Após tais interpretações, ações e expectativas, o capítulo três apresenta a metodologia utilizado e no quarto capítulo consta os resultados em resumo e as implicações nas variáveis econômicas que podem ser comparados às expectativas iniciais em três períodos distintos. Por último, é apresentada a abordagem adotada para confrontar a Covid-19 no Brasil, no capítulo cinco, seguida por motivos pelos quais alguns países são mais eficientes. Observada tal literatura, a pesquisa conclui se há indícios de que diferentes políticas trariam melhores resultados, de que as medidas adotadas atenuaram os impactos e de que ações tardias de prevenção agravaram os impactos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesse capítulo, inicialmente será evidenciada a origem do vírus e como foi abordado. Em seguida, serão dados exemplos de ações (mais ou menos restritivas) adotadas em situações adversas e seus impactos na economia. Nesse sentido, pode-se supor alternativas às ações tomadas no Brasil.

O Coronavírus é uma família de vírus. Existem diferentes espécies, que acarretam doenças leves ou que já originaram epidemias complicadas anteriormente. O novo coronavírus é uma espécie de vírus denominado cientificamente de SARS-CoV-2 (sigla em inglês para “coronavírus-2), ocasionador de síndrome respiratória aguda grave. A SARS é a forma mais grave da Covid-19 e de diferentes enfermidades respiratórias. Esse coronavírus foi primeiramente identificado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Os médicos perceberam a gripe afetar as pessoas e evoluir para quadros de pneumonia grave (TOZZI et al, s.d).

De acordo com o CORREIO BRAZILIENSE (2020), as autoridades de saúde da China divulgaram a ocorrência do primeiro óbito decorrente do vírus em 11 de janeiro de 2020. Já em 13 de janeiro havia casos fora do país, após isso a disseminação ocorria em diferentes lugares da Ásia como Japão, Tailândia, Taiwan. Em 21 de janeiro, já havia suspeita de casos nos Estados Unidos e na Austrália. Em 29 de janeiro, já se chegava aos 6000 casos na China e multiplicavam-se os casos na Europa, Oriente e América do Norte.

Passou a ser considerada pandemia pela OMS dois meses após o primeiro óbito, em 11 de março de 2020, além disso, a variação já estava acima de dez vezes a quantidade de casos no exterior da China. Os casos já se aproximavam de 120 mil ao redor do mundo e as mortes superavam 4000. Nesse período 4 países concentravam 90% dos casos: China, Coreia do Sul, Irã e Itália (OMS, 2020).

As adequações para amenizar a disseminação do vírus que já eram recomendadas pela OMS, começaram a ser debatidas e postas em prática de maneiras distintas pelos diversos países, levando em conta suas percepções científicas, tecnológicas, políticas e sociais, tal qual sua capacidade de prevenção e cuidados à saúde, além das experiências dos países já impactados (FELICIELLO; GAVA, 2020).

2.1 - O impacto macroeconômico de uma pandemia

Conforme o modelo epidemiológico de EICHENBAUM, REBELO E TRABANDT (2020) o qual analisa a relação das políticas econômicas e epidemias, percebe-se que ao diminuir o consumo e o trabalho, a epidemia implica menor impacto no que se refere a número de mortos. Essa proposta, no entanto, confere acentuação da recessão advinda da epidemia. No ambiente analisado, a ação de atenuação ideal (políticas de contenção que reduzem o consumo e horas trabalhadas), ao reduzir as interações econômicas entre os agentes majora a recessão, porém poupa 600 mil vidas nos EUA. No modelo, existem implicações da demanda e da oferta

agregadas. A recessão é maximizada pelo conjunto de efeitos, o qual advém de menor oferta de trabalho em respostas aos cuidados contra o vírus e também pelo menor número de aquisições de bens.

Conforme Financial Times op ed Ben Bernanke e Janet Yellen escreveram, num primeiro momento a finalidade de saúde pública necessita que as pessoas permaneçam em casa e distante de realizar compras ou trabalhar, principalmente no caso de doença ou risco. Assim, a produção e os gastos precisam diminuir inevitavelmente por um momento. Então, a análise propões políticas que diminuem consumo e tempo de trabalho. Se diminuir as relações econômicas entre agentes, então a recessão será agravada em contrapartida à quantidade de mortos pela epidemia. Quanto às medidas de atenuação, internalizam a externalidade advinda das ações dos infectados. Assim, quanto mais infectados, mais indicada a ação de atenuação, apesar das contrapartidas. Ou seja, maior o preço caso as políticas iniciem de imediato beneficiando um menor número. Isto é, a razão é que o custo da externalidade é muito maior, visto que uma fração maior da população infectada morre. (EICHENBAUM; REBELO; TRABANDT, 2020)

O melhor uso das políticas atenua muito o auge de infecções, de 5,1% para 2,5%, e as mortes diminuem de 0,53% para 0,36% em relação a população. Deve-se considerar que o consumo que já diminui inicialmente sem ações restritivas, ao se fazer intervenções implica ainda maior, mais que o dobro, passando de uma queda por volta de 9% para 21%. Basicamente, a maior restrição torna o consumo mais dispendioso, assim diminuindo a demanda. Apesar da possibilidade de redução de infectados impondo restrições e absorvendo as contrapartidas dessas ações, tal uso de imediato, na ausência de vacinas, não é significativo ao impedir a reincidência do surto de casos.

Nesse caso, sem a vacina, o indicado é que as restrições acompanhem os níveis de casos, isto é, as pessoas obtêm a imunidade sendo infectadas e se recuperando, porém sem a sobrecarga do número de casos simultâneos. Já um modelo que conta com uma vacina, é ideal introduzir restrições bruscas no intuito de conter o número de mortos, apesar da posterior recessão que reduzirá consumo significativamente por quase um ano. É um custo que deve ser aceitado anterior à chegada da vacina, evitando maior disseminação do vírus.

Portanto, as políticas ideais variam considerando o caso de haver vacina ou não. É claro o trade off entre o nível de recessão de curto prazo advindo da epidemia e as implicações no bem-estar, na saúde. Confere aos condutores de políticas deliberarem e executarem da melhor forma. Deve-se atentar que há variáveis não consideradas no modelo que podem influenciar no rendimento econômico de longo prazo, essas forças incluem custos de falência, efeitos de histerese do desemprego e da destruição das cadeias de abastecimento. (EICHENBAUM; REBELO; TRABANDT, 2020)

De essencial conhecimento é a pesquisa de CORREIA, LUCK E VERNER (2020), a qual análises mostram que intervenções não farmacêuticas, do inglês Non Pharmaceutical Interventions (NPI's) possibilitam diminuir a disseminação da doença sem obrigatoriamente implicar maior impacto nas atividades econômicas. NPI's utilizadas em 1918 têm semelhanças

com as ações impostas para combater a Covid-19, por exemplo restrições no comércio, em reuniões, escolas e quarentena em casos suspeitos.

Relativo à mortalidade, os NPI's mostram eficiência em conter o alto nível de mortalidade reduzindo em torno de 45%, comprimindo a curva de contágio. Vale ressaltar que a atividade econômica já é reduzida pelo motivo pandemia, haja vista a menor disposição em trabalhar e consumir para reduzir a possibilidade de infecção, além da redução de investimentos pelo motivo incerteza.

Além disso, em relação à choque no médio prazo, não foram encontradas provas que interferir cedo e mais fortemente implique maior declínio do desempenho em anos posteriores à pandemia, conforme emprego, produção e dimensão do setor bancário. As estimativas pelo menos rejeitam que maior severidade com NPI's implique alta redução na produção e no emprego em data posterior à pandemia, isso comparando a cidades com NPI's mais flexíveis. Comparativamente, lugares que utilizaram NPI's para reduzir o contágio não mostraram interrupções evidentemente maiores na atividade comercial local. A própria pandemia tem seus efeitos adversos e tais interferências não conferiram forte acentuação. (LUCK E VERNER, 2020)

Quanto à análise, deve-se mencionar que a amostra foi limitada a 43 cidades, não foram devidamente consideradas as manufaturas de anos anteriores devido a indisponibilidade de dados anuais, e ainda, o contexto do cenário econômico próximo a primeira guerra mundial. Não obstante, os NPI's possibilitam contemplar resultados positivos de forma indireta ao lidar com a origem do conflito econômico, que é a própria pandemia. Assim, suavizar os impactos possibilita que a economia não seja fortemente deteriorada.

Conforme BONDENSTEIN ET AL. (2020), os NPI's aliviam a pressão no declínio da produção, pois suaviza a curva de contágio, ainda que não resolva o problema de cumulativa. Nesse sentido, as atividades no setor essencial para a economia são afetadas em menor grau, uma vez que se tem menor chance de disseminação do vírus, assim implicando suavização da queda de produção. Pesquisas correntes do ano de 2020 sinalizaram que NPI's utilizados nesse ano amenizaram a disseminação do vírus sem necessariamente gerar impactos adicionais relevantes na economia. (ver, por exemplo, Andersen et al., 2020; Lin e Meissner, 2020), além disso, países que intervíram desde o começo da pandemia mostraram melhores resultados econômicos de curto prazo (ver, por exemplo, Demirgüç-Kunt et al., 2020). (LUCK E VERNER, 2020).

2.2 - Medidas econômicas iniciais adotadas por um conjunto de países a fim de reduzir os graves efeitos da pandemia

Relativo à recuperação da economia, ela está bastante condicionada às políticas utilizadas durante o conflito. Se elas conseguirem manter boas condições no mercado de trabalho, garantindo a sobrevivência de empresas, redes econômicas e comerciais, então espera-se uma melhor recuperação, sem maiores obstáculos. No entanto, consta-se necessários grandes esforços para tamanho desafio, e se para economias de grande capacidade serão

encontradas fortes dificuldades, para países de rendas inferiores e que presenciam fuga de capital será ainda mais complexo. Nesse contexto de necessidades, a ação do setor público é essencial no direcionamento e no auxílio. Políticas de apoio a famílias, empresas e ao setor financeiro são um misto de medidas de liquidez e solvência, concedendo crédito e realizando transferências de recursos reais. As políticas internas apoiadas pela conservação do comércio e da cooperação internacional são primordiais para confrontar a pandemia e aumentar a capacidade de uma recuperação ágil. (DELL'ARICCIA, G et al, 2020)

Nessa perspectiva, análise de Amitrano, Magalhães e Silva (2020) mostra o cenário internacional de intervenções a fim de minimizar os impactos da Covid-19 nos Estados Unidos, Reino Unido e na Espanha. As medidas corriqueiramente utilizadas são de altas movimentações fiscais e financeiras, além de variados mecanismos de intervenção. Esse panorama diz respeito a intervenções adotadas no intuito de minimizar os altos impactos econômicos da pandemia, considerando o intervalo de tempo de março a abril de 2020.

A anormalidade causada pela disseminação do vírus prejudica a economia através do menor número de trabalhadores no mercado e no tempo trabalhado, as restrições que impede a mesma movimentação, a produtividade atenuada pela desordem dos procedimentos de trabalho, pelo período ausente do trabalho que afeta as habilidades, e ainda é prejudicado o fluxo de materiais interno e externo. Em aspectos de demanda, o consumo é afetado pela menor renda, pelo menor número de emprego e carga horária, além disso, o próprio isolamento social implica menor consumo, independente de imposição, somado a isso o medo e a incerteza do futuro, expectativa de menor renda representada por menor gasto.

Uma característica comum é o grande esforço em intervir no momento inicial da tensão econômica. Chega-se a movimentar 1/5 do PIB na Espanha e no Reino Unido em revide. E diferente do seu histórico, os Estados Unidos proporcionou à economia estímulo direto de 9% da renda nacional. De interesse comum dos três também é o interesse na recuperação de empresas, principalmente as maiores. Houve foco na concessão de empréstimos diretos, garantias de crédito e compras de empresas ou parte delas no caso de dificuldades. Assim, visa-se o nível de emprego e de renda adotando tais ações, vale ressaltar que também houve ajuda direta aos trabalhadores, porém em grau muito menor.

Nos Estados Unidos uma grande parte dos gastos fiscais foi direcionada às famílias, principalmente para auxiliar à saúde, haja vista o custo do sistema privado de saúde. Fato importante a ser mencionado é o caso da Espanha não poder utilizar políticas monetárias, pois é dever do Banco Central Europeu, uma vez pactado acordo pelos membros da união europeia. No entanto, há alguma possibilidade quanto a política fiscal desde que se obedeça ao pacto de estabilidade da união que restringe os resultados fiscais primários a -3% do PIB. (AMITRANO; MAGALHÃES; SILVA, 2020)

Além dos países anteriores agirem de forma similar, segundo a DEUTSCHE WELLE (2020), emissora internacional da Alemanha, no primeiro semestre de 2020 o Governo alemão interveio promovendo estímulos em torno de 130 bilhões de euros para auxiliar na recuperação econômica do país em contrapartida aos impactos negativos do novo coronavírus. Os valores

superaram as expectativas de que os patamares ficariam abaixo dos 100 bilhões. Os valores são para 2020 e 2021 e contemplam mais de 20 novas medidas de incentivo ao sistema de saúde e as empresas para que possam amenizar as implicações da pandemia. Merkel (Chanceler da Alemanha) afirma que resposta "corajosa" é necessária para impulsionar a economia do país. As medidas abrangem resgates financeiros à indústria, fundos adicionais aos municípios com alto desemprego, além de benefícios conferidos às famílias somados a 300 euros por criança. Um incentivo mais específico diz respeito ao setor automobilístico (essencial pro país), o qual estimula o consumo de carros elétricos. Ademais, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) foi provisoriamente diminuído de 19% para 16%. Segundo Merkel, uma ampliação no consumo é vital para "possibilitar um futuro às próximas gerações" e além disso "Trata-se de garantir empregos e manter a economia em funcionamento."

No Uruguai, adotaram-se medidas para atenuar as implicações econômicas, sociais e sanitárias causadas pela Covid-19. No momento da intervenção o país tinha 94 casos de contágio. Dentre algumas das medidas o adiamento do pagamento de impostos e Previdência Social, a expansão de linhas de créditos com juros reduzidos e a suspensão das aulas durante um mês. Além disso, o seguro-desemprego foi flexibilizado para todos os setores. Esse seguro contempla funcionários que tiveram horas reduzidas pela metade. (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Na segunda metade do semestre de 2020 a saúde representava mais de 20% dos gastos gerais do governo em comparação com uma média de 12% na América Latina. A execução eficaz de programas como seguro-saúde e auxílio desemprego proporcionaram assistência médica e auxílio à renda a diversos segmentos da sociedade (IMF, 2020).

Por fim, mais um exemplo que reforça a similaridade e a ideia básica de necessidade de intervenção, na Itália, foi aprovado em maio de 2020 um pacote de estímulo no valor de 55 milhões de euros, o maior da sua história, incluindo subsídio a fundo perdido para pequenas e médias empresas, benefícios para autônomos e ao turismo para alívio das implicações da pandemia. O primeiro-ministro, Giuseppe Conte ressaltou que o pacote é audacioso e tem como finalidade "reforçar e apoiar a recuperação econômica e social do país" (EFE, 2020).

Dessa forma, essa seção teve o intuito de observar as iniciativas básicas recomendadas e adotadas por alguns países, na seção posterior tem-se um resumo das medidas adotadas no Brasil junto a interpretação dos cenários pelo Comitê de Política Econômica em diferentes períodos.

2.3 - Covid-19 na economia brasileira, políticas econômicas, interpretações e ações do Copom conforme os cenários

Segundo a AGÊNCIA BRASIL (2021), o início do contágio pelo novo coronavírus no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020, momento o qual a Europa superava dezenas de casos de Covid-19. Em março, além de confirmada a transmissão comunitária no país houve a primeira morte devido a doença. Em abril, medidas foram utilizadas pelo governo para atenuar as

implicações da Covid-19 na economia, dentre elas: expansão do crédito às empresas e a criação do auxílio emergencial que contempla parte da população.

Tão importantes quanto foi o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda do governo brasileiro criado a fim de suavizar os choques econômicos da pandemia da COVID-19 nas relações trabalhistas. O programa visa a possibilidade de o trabalhador e o empregador realizarem negociações individuais ou coletivos para ajustar a jornada de trabalho, com redução equivalente à remuneração, ou suspender provisoriamente o contrato de trabalho. Nesse tempo combinado, que não pode exceder 120 dias, o Governo Federal paga parte dos valores advindos da suspensão ou redução da jornada. Isto é, uma redução de 50% no tempo de trabalho equivale a metade do salário pago pelo empregador e a outra metade paga pelo programa, permitindo ao trabalhador manter sua renda e ao empresário diminuir seus custos. (POLITIZE, 2020) Em janeiro de 2021, após um 2020 de estudos acerca da vacina contra o coronavírus, iniciaram-se as vacinações, no entanto ainda mantendo alta quantidade de casos e mostrando a necessidade de um planejamento de retração dos contágios. (AGÊNCIA BRASIL, 2021)

É importante contextualizar brevemente o momento anterior à pandemia para que se possa entender o motivo de algumas expectativas e em qual direção a economia estava se direcionando. Nesse sentido, o momento era de baixa, especialmente grave na indústria. Além disso, o percentual de trabalhadores informais havia aumentado 5,1% no período do final do ano de 2017 ao de 2019 enquanto os postos com carteira assinada progrediram 1,6%, sendo essa uma implicação da reforma trabalhista. A fragilidade dos trabalhadores fica evidente ao confrontar a baixa no saldo de ocupados ao final de 2020 com 2019, a qual lida principalmente com a redução dos informais que não contemplam garantias ou qualquer estabilidade. Para piorar, a renda média dos trabalhadores ficou reduzida em 6% no ano de 2020, equivalente a 13 bilhões de reais a menos para os trabalhadores ao mês, o que afeta o consumo e o crescimento brasileiro. (SINTRIAL, 2021)

Em suma, as políticas econômicas no Brasil contemplaram um conjunto de alterações institucionais a fim de proporcionar maior capacidade de governança fiscal utilizando instrumentos indispensáveis ao enfrentamento da crise de saúde pública de forma apropriada, além da necessidade de lidar com os desdobramentos sobre o cenário econômicos. Foram adotados diferentes instrumentos de política fiscal e monetária de forma excepcional e visando alcançar variados objetivos. As principais estratégias de políticas econômicas excepcionais dizem respeito a conservação de renda mínima a trabalhadores com relação formal de emprego e à população em circunstâncias vulneráveis; também a negociação de débitos e a adoção de transferências fiscais aos estados e municípios de forma a estabilizar suas capacidades de pagamento de compromissos financeiros; a oferta de crédito subsidiado ao setor empresarial mediante bancos públicos; a criação de renúncia de tributação a fim de auxiliar as atividades empresariais; o fornecimento de liquidez ao sistema financeiro; e a liberação de capital regulatório das instituições financeiras. (SILVA, 2020)

Conforme a 227ª ATA DO COPOM (Comitê de Política Monetária) do Banco Central do Brasil (10-11 dez, 2019) no período anterior à pandemia, depois do segundo trimestre de 2019 a atividade econômica mostrou resultados em relação ao trimestre anterior, havia uma expectativa de a melhora permanecer. Dados apontavam o funcionamento de fatores de produção abaixo de níveis consideráveis, assim implicando mal desempenho industrial e pouco emprego. Externamente havia clima aderente aos países emergentes, inflação abaixo da meta colaborava para expansões monetárias em economias significativas.

Internamente, interpretou-se um certo alívio em relação à inflação. As perspectivas eram de que, segundo a FOCUS, passasse de 3,8% para 3,6%, 3,75% e 3,5% nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. O Copom previa juros de 4,5% a.a em 2019, 4,25% no início de 2020, encerrando em 4,5%, por fim indo a 6,25% a.a em 2021. Já o câmbio era previsto que terminaria 2019 em R\$4,15/US\$, 2020 em R\$4,10/US\$ e 2021 em R\$4,00/US\$. O risco de inflação era considerado possível dada a variação monetária e as dúvidas acerca dos canais de transmissão. Além disso, o ambiente e a relação com estrangeiros poderiam acentuar esse risco. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019)

Era perceptível melhor cenário em relação ao anterior, e havia perspectiva de continuidade de melhor atividade econômica. Foi colocado em pauta a sensibilidade das variáveis aos estímulos monetários, sem um parâmetro histórico para comparar as medidas, houve uma expectativa de que alterações no mercado de crédito e capitais implicaria potencialização de política monetária. Relativo à ociosidade da economia, o Copom discutiu que a evolução do mercado de crédito e capital poderia diminuir o nível de ociosidade de forma mais repentina e assim implicar avanço da inflação. Haja vista o cenário e as perspectivas, política monetária estimulativa com menor taxa de juros foi indicada. Nesse sentido, o COPOM definiu diminuir a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, ficando 4,5% a.a. Esse plano previa que tendo em vista todo o ambiente, as implicações na inflação se situam para um equilíbrio próximo do desejável. Por fim, as perspectivas podem ser afetadas mediante a consolidação ou não de reformas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019)

Já conforme 229ª ATA DO COPOM do Banco Central do Brasil (17-18 mar, 2020) no período corrente da pandemia, havia as seguintes perspectivas perante ao cenário, começa a ser perceptível os primeiros impactos no ambiente externo, já que o crescimento global mostra redução, os valores das commodities caem e eleva-se a volatilidade dos preços dos ativos financeiros. Nesse sentido, mesmo com significativos estímulos de economias de grande porte, para as emergentes o cenário é ameaçador.

Nesse período, ainda não se vê as implicações da pandemia na economia do Brasil, inclusive, as atividades econômicas indicavam retomar o caminho do crescimento. Quanto a inflação, continua a ser tratada de forma (grau) adequada a fim de alcançar a meta. As perspectivas para o curto prazo foram alteradas, dados os impactos sobre as commodities, principalmente pelos menores preços internacionais do petróleo, que recaí ligeiramente nos preços internos de combustíveis. A pesquisa Focus espera inflações por volta de 3,1%, 3,65% e 3,5% para os anos de 2020, 2021 e 2022. Com as taxas de juros e câmbio constantes a 4,25% e

R\$4,75/US\$, as expectativas é de que varie para 3% em 2020 e em 2021 para 3,6%. Assim, espera-se inflação de preços administrados em 1,5% para 2020 e 3,9% em 2021. O risco quanto a inflação corresponde ao grau de ociosidade que pode implicar inflação menor que a esperada. Esse contexto é acentuado por um maior impacto da pandemia gerando incerteza e menor demanda, considerando também que dure além do esperado. Em contrapartida, pode ocorrer de a inflação figurar em patamar acima do esperado, no caso em que se eleve a força da política monetária, com o enfraquecimento do ambiente exterior ou pelo andamento das reformas, podem aumentar os prêmios de risco. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020)

A equipe do Copom considerou o nível mensurado de ociosidade defasado, uma vez considerado o cenário da pandemia. Conforme a disponibilidade de dados, ficou nítido que a pandemia iria implicar forte contração das atividades a um nível global. Havia a expectativa de que Intervenções fiscais e monetárias utilizadas pelas mais significantes economias atenuassem parte dos impactos. Foi discutido pela equipe como o Brasil seria afetado e as possibilidades de inflação. A conclusão foi de que são três canais de transmissão, pelo choque de oferta, advindo da paralisação das cadeias produtivas; por um choque nos valores para produzir, tendo em vista o custo das commodities e os ativos financeiros e ainda, pela redução da demanda (desinflação), que ocorre com a maior incerteza e pelas restrições advindas da pandemia.

Além disso, o Copom considerou que não se tinha tanta interligação das cadeias de produção com o exterior, assim tendo menor impacto em quantidade. Já o outro efeito deve impactar significativamente a desinflação no curto prazo. Porém, é necessário ter em vista a característica temporária e a sensibilidade dos preços das commodities mensurados em moeda doméstica. E por fim, o impacto sendo forte para o contexto de relevância da política monetária, já que a pandemia pode influenciar significativamente as atividades. Simulações indicavam a necessidade de se reduzir a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual para compensar o último efeito. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020)

Outra consideração feita foi que a taxa de juros estrutural poderia ser influenciada pela corrosão do ambiente externo, pelo andamento das reformas e por definitivos ajustes das contas públicas, assim podia ser ameaçada a queda dos juros estruturais vista anteriormente. Considerando as perspectivas, avaliou-se que diminuir juros além de 0,5 ponto percentual possibilitaria dificuldades financeiras, apertos, quando se deseja o contrário. A taxa Selic foi considerada correspondente ao momento, mantendo-a no nível, considerando os dados disponíveis. Também foi considerada a eficiência da política monetária em estimular à demanda, apesar do contexto que limita os resultados, eles são importantes para a economia quando os impactos da pandemia forem atenuados.

Quanto ao risco, foi considerado acima do comum, isso quer dizer maior incerteza nas próximas decisões da política monetária. Por fim, ainda conforme 229ª ata, o cenário, o risco e dados analisados, decidiram-se diminuir a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual para 3,75% a.a. a decisão foi considerada adequada a meta de inflação. O Copom afirmou que o contexto econômico indicava estímulo de política monetária, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

É ressaltado que a taxa de juros estrutural poderia ser elevada a depender das reformas e dos ajustes nas contas públicas. Assim, uma alteração além da ideal torna as condições financeiras um problema. Cautela na política monetária era indicada para o cenário, sendo apropriado manter a taxa Selic em seu novo patamar. Por fim, o Banco Central do Brasil afirmou que seguirá intervindo por meio de políticas monetária, cambial e estabilizando financeiramente para confrontar a crise. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020)

Por fim, na 238ª ATA DO COPOM do Banco Central do Brasil (4-5 maio, 2021), após um ano de pandemia, a equipe do Copom tinha as seguintes perspectivas consoante o cenário, externamente, esperava-se que o processo de imunização contra a Covid-19 e as intervenções fiscais nos países desenvolvidos estimulassem a atividade econômica. Também foi considerado que as políticas monetárias, segundo os bancos centrais, dada a ociosidade, tenderiam a continuar sendo utilizadas. Assim, o cenário para países emergentes pode ser impactado haja vista a possibilidade de inflação na economia desses países.

Quanto à recuperação brasileira, considerou-se melhor do que se esperava, embora tivessem problemas com uma nova onda da covid-19 que foi subestimada. Nesse sentido, ainda havia maior incerteza do que o normal em relação ao crescimento da economia, embora se considerasse que gradualmente voltaria ao usual. Ainda nesse período de maio de 2021, a inflação e seu tratamento encontravam-se na parte superior do intervalo da meta. Esperava-se uma inflação de 5%, 3,6% e 3,25% para os anos de 2021, 2022 e 2023, segundo a pesquisa Focus. As expectativas de preços de bens industriais e de alimentos foram influenciadas pelas evoluções dos valores das commodities. Ademais, a inflação continuaria sendo pressionada pela tarifa de energia elétrica maior, pelo menos no curto prazo. A análise, como feita anteriormente, era de que estariam ocorrendo choques transitórios.

Utilizando as projeções de taxas de juros da pesquisa Focus e a taxa de câmbio iniciando em R\$5,40/US\$, desenvolvendo conforme a paridade do poder de compra, as perspectivas de inflação do Copom eram de 5,1% em 2021 e 3,4% em 2022. Assim, pressupunha-se que os juros se elevariam para 5,50% a.a. e posteriormente para 6,25% a.a em 2022. Nesse sentido, a inflação de preços administrados deveria ficar em torno de 8,4% em 2021 e 5,0% em 2022.

Quanto ao cenário inflacionário, dependendo do retorno ao crescimento das atividades impactadas pela pandemia, um ritmo mais lento implicaria inflação abaixo do esperado. Porém, a continuação de políticas fiscais (gastos) em contrapartida à pandemia ou a interrupção das reformas poderiam afetar os prêmios de risco do país.

O alto risco fiscal continuava elevando o balanço de risco, indicando possibilidade de inflação acima da projetada para o horizonte de relevância da política monetária. Haja vista a segunda onda da pandemia ter apresentado impacto ainda maior do que se esperava, dados mostraram resultados melhores dado o contexto. Havia a expectativa de no próximo semestre a retomada da atividade econômica ser de grande porte, no grau em que os benefícios da vacinação contemplem resultados de forma mais ampla.

Em última análise, a equipe considerou que quanto à ociosidade, o setor de indústrias estava funcionando com pouca ociosidade, ao contrário do setor de serviços que estava sofrendo

para retomar. Conforme dados de atividade e mercado de trabalho formal, o Copom considerou a suposição que a ociosidade de forma geral diminuiu mais rápido do que se esperava, mesmo com a maior taxa de desemprego. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021)

Sendo assim, segundo a 238ª reunião em maio de 2021, o comitê determinou o aumento dos juros em 0,75 ponto percentual dado o balanço de risco que influencia os níveis de ação monetária junto às perspectivas de inflação próximas a da meta de 2022. Também foi considerada a possibilidade de novos reajustes em caso de permanência das condições de inflação. Então, dado o contexto e a análise de dados, com essa determinação a taxa de juros ficou em 3,50% a.a., sendo dessa forma considerada compatível com as metas de inflação para os próximos períodos. A equipe entendeu que essa determinação atenuaria as flutuações do nível de atividade econômica e o estímulo ao pleno emprego sem que prejudicasse a meta de preço estável.

Enfim, considerou-se adequado ao momento a normalização parcial da taxa de juros junto a algum fomento monetário ao decorrer da retomada econômica, no entanto não necessariamente haveria essa colocação, e que posteriormente poderia haver intervenção para se alcançar o patamar de inflação proposto como meta. A previsão era de que se repetisse a diminuição dos juros rumo a normalização parcial, a variação ocorreria conforme a reação da atividade econômica, as expectativas inflacionárias e o balanço dos riscos.

3. METODOLOGIA

Como já mencionado, o objetivo do trabalho é observar a partir dos indicadores Renda, PIB, Consumo, Inflação e Desemprego se as políticas econômicas adotadas complementadas com as medidas de enfrentamento atenuam os impactos da pandemia no período de 2019, especificamente a partir de dezembro quando se iniciou a pandemia no exterior até o terceiro trimestre de 2021 quando já se tem mais de um ano de pandemia. Apesar de esse ser o período de referência e de esses dados serem tratados de forma a se mostrarem em resultados trimestrais, são mostrados também dados complementares do início de 2019 para contextualizar o sentido da economia anterior à pandemia e também de momento posterior ao terceiro trimestre de 2021 conforme a disponibilidade no momento da pesquisa.

No que se refere à fonte dos dados foram utilizados de forma predominante dados secundários das plataformas do IBGE e do IPEADATA, no entanto também foram mencionados diferentes sites que contemplavam explicações adicionais dos números como G1 e Agência Brasil. Quanto às intervenções tardias e às alternativas foram pesquisados na atual bibliografia disponível indícios de medidas adotadas por diferentes países que resultaram melhores cenários e que poderiam ser adotadas pelo Brasil.

Assim, o trabalho faz uma discussão sobre o referencial bibliográfico disponível e sobre os estudos que vêm sendo feitos sobre a covid a fim de levantar informações sobre o comportamento do Brasil mediante a pandemia e como a economia brasileira tem reagido a isso.

4. IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS

Nesse capítulo a finalidade é analisar se as políticas adotadas obtiveram os efeitos esperados pelo comitê de política monetária ou se atenuaram os impactos da pandemia - para isso, serão observadas as implicações nas variáveis inflação, desemprego, renda, consumo e PIB. A tabela a seguir mostra o consumo e a renda do trimestre, a inflação acumulada em três meses correspondentes aos demais dados, a média do dólar e do desemprego nesses três meses e a variação real do PIB que compara com o trimestre do ano anterior.

TABELA 1 - VARIÁVEIS ECONÔMICAS.

Ano- Trimestre	Consumo	Renda	Inflação	Dólar	Desemprego	PIB REAL - Variação
2019 T1	1.157.387,83	1.720.237,95	1,5	3,77	12,53	1,04
2019 T2	1.174.377,75	1.791.975,33	0,71	3,92	12,37	1,29
2019 T3	1.215.959,76	1.818.022,00	0,26	3,97	11,93	1,1
2019 T4	1.265.853,66	1.860.513,26	1,76	4,12	11,40	1,44
2020 T1	1.194.514,37	1.799.617,17	0,53	4,46	11,87	-0,13
2020 T2	1.046.684,74	1.707.180,81	-0,43	5,39	13,13	-10,73
2020 T3	1.170.801,72	1.839.202,13	1,24	5,38	14,60	-3,71
2020 T4	1.284.414,90	1.962.856,52	3,1	5,4	14,40	-0,92
2021 T1	1.242.743,85	2.012.072,37	2,04	5,47	14,67	1,29
2021 T2	1.258.656,58	2.092.494,28	1,67	5,29	14,57	12,3
2021 T3	1.337.948,24	2.153.201,95	2,99	5,23	13,13	4

FONTE: IPEADATA - Elaboração própria.

4.1 Pré-pandemia

No período anterior à pandemia, mais especificamente no ano de 2019, a atividade econômica vinha mostrando resultados em relação ao trimestre anterior, no terceiro trimestre de 2019, havia uma expectativa dessa melhora permanecer. O PIB no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2019 cresceu 1,0% em relação a igual período de 2018. De acordo com o IBGE, o PIB apresentou variação positiva de 0,6% na comparação, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A maior alta foi da Agropecuária com crescimento de 1,3%, seguida pela Indústria e pelos Serviços com variações positivas de 0,8% e 0,4%, respectivamente.

Quando comparado a igual período do ano anterior, o PIB cresceu 1,2, o décimo primeiro resultado positivo consecutivo nesta base de comparação. Ainda nesse sentido, a Despesa de Consumo das Famílias teve expansão 1,9%. Este foi o décimo trimestre seguido de avanço na Despesa de Consumo das Famílias na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O resultado positivo pode ser explicado pelo comportamento dos indicadores de crédito para pessoa física, bem como da expansão da massa salarial real. Além disso, a Renda Nacional Bruta atingiu R\$ 1.790,0 bilhões contra R\$ 1.689,2 bilhões em igual período de 2018. (IBGE, 2021)

Quanto a inflação, vale ressaltar que o Copom interpretou como alívio, mas apesar desse alívio quanto a um cenário inflacionário, o risco era considerado possível dada a variação monetária e as dúvidas acerca dos canais de transmissão. Dentro dessas condições, a decisão foi de abaixar a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual ficando em 4,5% a.a, apontando uma política monetária estimulativa, ponderando que a inflação pudesse flutuar próximo ao desejável. (BCB, 2019) Assim, o desemprego no fim de 2019 situava-se em 11% e a taxa de juros fechou o ano em 4,5%. Além disso, o dólar estava em R\$ 4,04 já no fim de dezembro. Ainda em 2019 a inflação foi de 4,31% com o resultado acima do centro da meta do governo para o ano, que era de 4%, mas dentro da margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo (2,5%) ou para cima (5,5%). (UOL, 2021)

4.2 - Pandemia, o início

No período corrente da pandemia, no início de 2020, após já ser considerada como tal pela OMS, já se sentia os efeitos no ambiente externo com um crescimento global reduzido. Apesar do cenário, no Brasil não se percebia implicações na economia, as atividades indicavam retomar o caminho do crescimento. A inflação era conduzida de forma a flutuar no entorno da meta. Com o cenário externo alterado as expectativas também foram, assim a pesquisa Focus esperava inflações menores em relação a ata de dezembro do ano passado, então na reunião de março de 2020 esperava-se algo por volta de 3,1%, 3,65% e 3,5% para os anos de 2020, 2021 e 2022. Nesse período de março de 2020, a taxa de juros se situava em torno de 4,25% e foi reduzida para 3,75% ainda nesse mês enquanto o câmbio estava em R\$4,75/US\$. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020)

Nesse momento, março de 2020, a equipe do Copom considerou o nível mensurado de ociosidade defasado, uma vez que se considerasse o cenário da pandemia. Conforme a disponibilidade de dados, ficou nítido que a pandemia iria implicar forte contração das atividades a um nível global. Interpretou-se que Intervenções fiscais e monetárias utilizadas pelas mais significantes economias atenuariam parte dos impactos. Então, conforme o cenário, o risco e dados analisados, decidiram-se diminuir a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual para 3,75% a.a. a decisão foi considerada adequada à meta de inflação.

A equipe afirmou que o contexto econômico indicava estímulo de política monetária, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Ressaltou também que a taxa de juros estrutural poderia ser elevada a depender das reformas e dos ajustes nas contas públicas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020)

Os primeiros resultados, segundo o IBGE, mostraram o PIB afetado pela pandemia e distanciamento social apresentando contração de 1,5% na comparação do primeiro trimestre de 2020 contra o quarto trimestre de 2019, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A Indústria (-1,4%) e os Serviços (-1,6%) apresentaram recuo, enquanto a Agropecuária (0,6%) cresceu. No primeiro trimestre de 2020, a Despesa de Consumo das Famílias teve queda de 0,7%. Até maio de 2020 o desemprego estava em 12,9% e o juros já figurava em 3%, o dólar

nesse período estava em 5,85 na metade do mês e a inflação acumulava 1,87% nos últimos 12 meses e -0,16% no ano. (IBGE, 2021)

Já no fim do ano de 2020 teve-se pressionado pelos preços dos alimentos, o IPCA ficando em 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016. (G1, 2021) O desemprego atingiu o recorde de 14,3 milhões de pessoas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego no país em 2020 foi de 13,5%, a maior da série iniciada em 2012. (G1, 2021) O consumo das famílias teve a maior queda desde 1996 com coronavírus, registrando queda de 5,5% no PIB (Produto Interno Bruto) de 2020. (UOL, 2021) O PIB despencou 4,1% em 2020. Foi o maior tombo desde o início da série histórica atual do IBGE, iniciada em 1996. O PIB per capita também contemplou queda recorde, de 4,8%. Apenas a agropecuária cresceu; indústria recuou 3,5% e serviços, 4,5%. E o ritmo de recuperação desacelerou no 4º trimestre e economia encerrou o ano no mesmo patamar do início de 2019.

De acordo com o IBGE, esse patamar é semelhante ao que a economia brasileira se encontrava entre o final de 2018 e início de 2019, e 4,4% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no 1º trimestre de 2014. (G1, 2021) e por fim o dólar em 25 de dezembro de 2020 estava em R\$ 5,22 enquanto a taxa básica de juros em 2,00%. (IPEADATA, 2021)

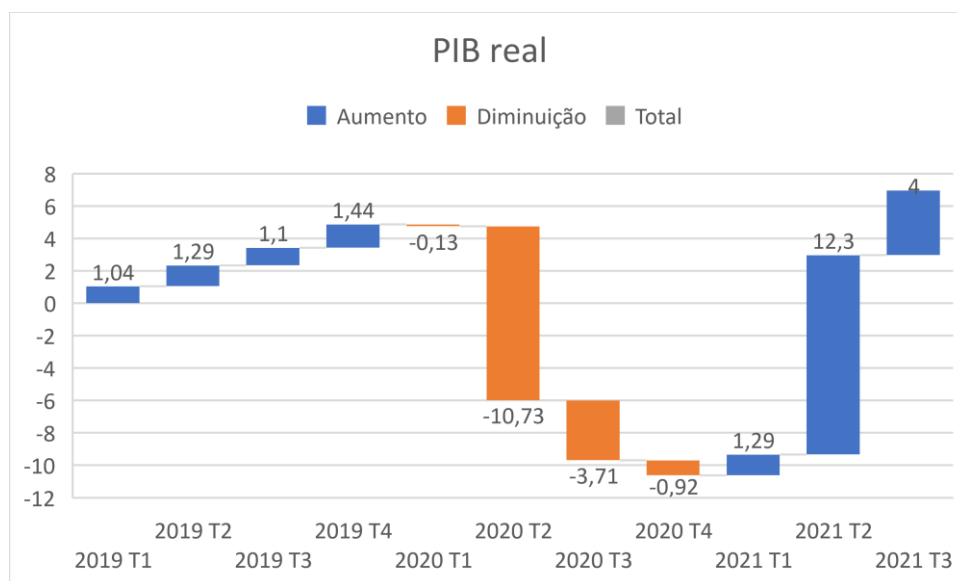
4.3 Pandemia, após um ano

Já em período avançado da pandemia, mais de um ano após o primeiro caso no Brasil, conforme a 238ª ATA DO COPOM do Banco Central do Brasil (4-5 maio, 2021) a equipe esperava que externamente, nesse ano de 2021, com o processo de imunização contra a Covid-19 e as intervenções fiscais nos países desenvolvidos a atividade econômica fosse estimulada. Esperava-se também uma inflação de 5%, 3,6% e 3,25% para os anos de 2021, 2022 e 2023, segundo a pesquisa Focus.

Quanto ao cenário inflacionário, dependeria do retorno ao crescimento das atividades impactadas pela pandemia, um ritmo mais lento implica inflação abaixo do esperado. Haja vista a segunda onda da pandemia ter apresentado impacto ainda maior do que se esperava, dados mostraram resultados melhores para o contexto. Havia expectativa de no próximo semestre a retomada da atividade ser de grande porte, no grau em que os benefícios da vacinação contemplassem resultados de forma mais ampla.

Então, dado o contexto e a análise de dados, o Copom determinou o aumento da taxa em 0,75 ponto percentual, ficando em 3,50% a.a., sendo dessa forma compatível com as metas de inflação para os próximos períodos. Essa determinação atenua as flutuações do nível de atividade econômica e o estímulo ao pleno emprego sem prejudicar a meta de preço estável. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021)

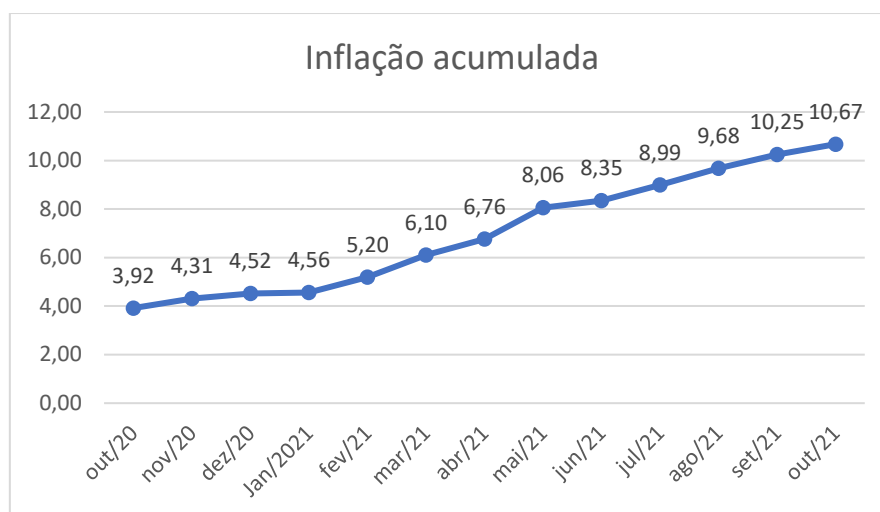
FIGURA 1 - Variações do PIB no período de 2019.1 - 2021.3 em relação ao trimestre do ano anterior.



Fonte dos dados: IPEADATA. Elaboração própria.

Em contrapartida, no período até o segundo trimestre de 2021 tinha-se o seguinte, conforme dados do IBGE (2021), quando comparado a igual período do ano anterior, o PIB cresceu 12,4% no segundo trimestre de 2021. A Despesa de Consumo das Famílias cresceu 10,8% também comparada ao ano anterior. O resultado positivo pode ser explicado pelo efeito base, já que é contra o trimestre com os maiores efeitos da pandemia sobre a economia, além dos programas de apoio do governo do aumento do crédito a pessoas físicas. Por outro lado, houve aumento das taxas de juros e mesmo com o aumento das ocupações na economia, a massa salarial, afetada negativamente pelo aumento da inflação, caiu em relação ao segundo trimestre de 2020.

O PIB acumulado nos quatro trimestres terminados em junho de 2021 cresceu 1,8% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. O PIB no 1º semestre de 2021 apresentou crescimento de 6,4% em relação a igual período de 2020. Nesta base de comparação, houve desempenho positivo para a Agropecuária (3,3%), a Indústria (10,0%) e os Serviços (4,7%). No resultado do segundo trimestre de 2021, a Renda Nacional Bruta atingiu R\$ 2.106,1 bilhões contra 1.679,8 bilhões em igual período do ano anterior. Nessa mesma base de comparação, a Poupança Bruta atingiu R\$ 447,3 bilhões contra R\$ 267,9 bilhões no mesmo período de 2020 (IBGE, 2021). A taxa de desocupação fechou o trimestre móvel encerrado em agosto em 13,2%, queda de 1,4 ponto percentual na comparação com o trimestre terminado em maio, quando o desemprego ficou em 14,6% da população. Na comparação anual, o recuo chegou a 1,3 ponto percentual em relação a agosto de 2020 (14,4%). (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

FIGURA 2 - Inflação (IPCA) acumulada em 12 meses, em %.

Fonte dos dados: IBGE.

A inflação no acumulado em 12 meses chegou a 10,25% em setembro, o que não ocorria há mais de 5 anos. Trata-se também da maior taxa anual desde fevereiro de 2016, quando ficou em 10,36%. Nessa comparação, a gasolina foi o item individual com o maior impacto. (G1, 2021) Além disso, o dólar situava-se em 30 de outubro em R\$ 5,64. (IPEADATA, 2021) Apesar da forte inflação, o consumo das famílias brasileiras aumentou 4,84% em julho deste ano na comparação com junho, mas caiu 1,15% ante o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, o índice foi positivo, ficando em 3,24%. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a queda mensal foi a segunda do ano, já que em junho o Índice Nacional de Consumo das Famílias nos Lares Brasileiros havia detectado baixa de 0,68% na comparação com o mesmo mês de 2020. (AGÊNCIA BRASIL, 2021)

FIGURA 3 - Variações da taxa básica de juros no período de 2019 a 2021.

Fonte dos dados: IPEADATA. Elaboração própria.

Por fim, a Taxa Selic ao fim de outubro foi aumentada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 1,50 ponto percentual, para 7,75% ao ano. Essa foi a sexta vez consecutiva que o comitê subiu a taxa básica de juros, que chega ao seu maior patamar desde setembro de 2017 e também foi a maior elevação na taxa básica de juros desde dezembro de 2002, quando houve aumento de 3 pontos da Selic, a 25% ao ano. A autoridade monetária também destacou antever um outro ajuste da mesma magnitude na próxima reunião, em dezembro, em meio ao ambiente de deterioração fiscal e elevação da inflação. (INFO MONEY, 2021)

Em resumo, inicialmente as taxas de juros são reduzidas no intuito de estimular maior liquidez e investimento. Nesse sentido, o consumo, o PIB e a renda são estimulados e variam positivamente posteriormente, não só pela política monetária e pela fiscal, mas também devido ao cenário externo e a presença da vacina e retorno gradual das atividades e menores restrições. No entanto, num segundo momento a taxa de juros começa a ser elevada e se aproxima dos 10%, pois a preocupação maior passa a ser de controlar a inflação que tinha índices controlados dentro da meta inicialmente, mas superou 10% no acumulado em setembro. Aliada a essa inflação tem-se a alta do dólar, que passou de uma média de 3,77 no primeiro trimestre de 2019 para 5,23 no terceiro trimestre de 2021. Por fim, o desemprego é tão preocupante quanto a inflação, pois cresceu de 12,53% no primeiro trimestre chegando a uma média de 14,57% no segundo trimestre de 2019, conseguindo um certo alívio no terceiro onde se tem 13,13%.

5. ABORDAGEM NO ENFRENTAMENTO

A intenção aqui é observar a maneira como o Brasil encarou a pandemia, se foi de forma mínima adequada ou se subestimou a grandeza do problema. Além disso, serão vistas alternativas de enfrentamento que foram consideradas eficientes e ações que podem contribuir ou atrapalhar uma condução efetiva para atenuar os impactos inevitáveis.

5.1 - A abordagem no Brasil e por que alguns países são mais eficientes contra a covid-19

Estudos mostram que lidar de forma descoordenada e insensata implicam maior quantidade de contágios e mortes. No Brasil, essa abordagem foi frequente e atingiu especialmente os mais desprovidos. Conforme observado o drama Italiano, era perceptível e servia de exemplo a necessidade de uma boa governança no país inteiro, ações para conter a transmissão, além de expandir as condições de enfrentamento. (CIMINI et al., 2020).

Um dos problemas iniciais foi a subestimação do atual presidente brasileiro, que confrontava o ministro da Saúde no que se refere à necessidade de isolamento social da população, ação essa orientada pela Organização Mundial da Saúde. Mais do que não ser favorável, Bolsonaro além de não admitir a gravidade não via necessidade de isolamento. O que dá indícios de preferência por correr riscos e se preocupar mais com a atividade econômica. (SOARES; MENEZES, 2021).

No Brasil foram promovidas ações para mitigação a partir da metade do mês de março. Inicialmente, o Banco Central e o Ministro da Economia se atentaram mais em estimular a liquidez da economia. No entanto, o Governo Federal vem enfrentando a crise confrontando as medidas de achatamento da curva e mitigação, onde o presidente afirma que as implicações do tratamento não podem exceder a própria doença. Isto é, adota o discurso de alternativa entre mais vidas ou mais renda. Quanto a isso, estudos mostram que é essencial a adoção de complementariedade de ambas as medidas. (FERGUSON et al., 2020; PEÑA et al., 2020; KISSLER et al., 2020). (CIMINI et al., 2020).

Ponto de fundamental importância é se o Governo está apto a absorver as despesas com ações de mitigação, ou melhor, até onde vai essa capacidade, já que não se prevê resolução rápida de um problema tão amplo. Apesar dessa questão, deve-se considerar os diversos estudos que têm mostrado que não intervir para conter os impactos pode ser ainda mais dispendioso. Assim, os custos com mitigação estão aquém dos esperados caso se decida não minimizar as transmissões desde o começo. (CIMINI et al., 2020).

Ao contrário de diferentes países do mundo, os quais adotaram restrições no território inteiro à medida que progrediam os casos confirmados e as mortes, no Brasil as ações ocorreram de maneira fragmentada. Aconselhado por especialistas, o distanciamento social é uma das estratégias para prevenção, porém é fragilizada haja vista as ações descoordenadas entre os entes e a falta de um plano nacional. Nesse sentido, é perceptível a falha em promover um

envolvimento conjunto e coordenado dos governos, empresas e sociedade civil. (CIMINI et al., 2020).

A maior ênfase do Governo Federal contemplou melhor capacidade do Sistema Único de Saúde, além da quantidade de ações, diversidade nas respostas, o intuito foi de maximizar a infraestrutura, por exemplo habilitando leitos de UTI para pacientes infectados e contratando profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas. No entanto, fica evidente o desencontro das ideias do Governo entre agir ampliando a capacidade e achatando a curva, pois no período de maior dificuldade para adquirir equipamentos respiratórios e testes, restrições no sentido de achatar a curva poderiam ser estimuladas de forma ampla, mas não foram. Assim, recaindo maior pressão à aptidão do sistema de saúde. (CIMINI et al., 2020).

Em regimes democráticos argumenta-se desvantagem quanto a medidas enérgicas ou mesmo adequadas, mas neles há a vantagem de possuir melhor fluxo de informações e da confiança do público. Nesse sentido, nações que conferem tal regime com condutores que adotam abordagem autoritária mesmo em país democrático acaba por prejudicar o fluxo de informações. Isto é, cabe o exemplo dos Estados Unidos com Trump e do Brasil com Bolsonaro que fizeram uso de abordagem contraproducente para a epidemia, o que acabou minando os esforços para contrapor de maneira eficaz. (GREER, S. et al., 2020).

Segundo GOMES DA SILVA (2020), as nações mais afetadas EUA e Brasil perderam em dado momento, 351.229 vidas, equivalente a 35% do total de mortes contadas em 215 países e possivelmente, grande quantidade poderia ter sido poupada se os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump não apresentassem condutas impróprias como:

- i. Ignorar os primeiros alertas e conselhos de cientistas, OMS e da inteligência. Poznansky (2020), Romano (2020), Graham (2020), CNN (2020), CNN, S.D. e I.K. (2020)
- ii. Atacar a OMS e não seguir os protocolos de segurança da Covid-19, semeando confusão e desencorajando medidas corretas. The Lancet (2020), BBC News (2020), Glick (2020), McDonald et al. (2020), NY Times (2020), AgênciaBrasil (2020) e Human Right Watch (2020).
- iii. Espalhar mais de 595 notícias falsas e fazer declarações distorcidas da Covid-19. CNN, D.D. e T.S. (2020), Statista (2020), Paz (2020), Ricard e Medeiros (2020)
- iv. Divulgar e forçar o uso de medicamentos (hidroxicloroquina e cloroquina) sem eficácia comprovada contra Covid-19. News, ABC (2020), Segundo, iG Ú. (2020), Euronews (2020) e Wessel (2020)
- v. Não apresentar nenhuma iniciativa ou liderança para agir antecipadamente para unir e organizar o país contra o vírus. Armstrong (2020), Barberia e Gómez (2020), Hamilton (2020), Haltiwanger (2020), Tisdall (2020), The Lancet (2020) e Ward (2020).

Para Elize Massard da Fonseca, especialista em saúde pública da Fundação Getúlio Vargas, o negacionismo comprometeu a resposta do Brasil à pandemia, pois tinha ótimas condições para lidar com a pandemia, já que tem infraestrutura de pesquisa e saúde relativamente robustas, além do histórico positivo ao enfrentar epidemias como as causadas pelo HIV e da Zika. No entanto, o negacionismo científico prevaleceu impedindo melhores resultados. (PESQUISA FAPESP, 2020).

Posto que diversos países lidam com ciclos de enfrentamento da Covid-19 com segunda e até terceira onda, por outro lado há aqueles que contemplam cenários de significativo controle e alívio. Segundo pesquisa da Bloomberg, que avalia indicadores sanitários e socioeconômicos, a Nova Zelândia é o lugar preferível a estar nessa pandemia, em contrapartida o México seria onde se deveria evitar dentre os 53 países da pesquisa (restrita a nações cujas economias valem mais de 200 bilhões de dólares, por motivo de concisão). (BBC, 2020).

Após nove meses de pandemia, os países foram analisados por meio de 10 parâmetros para se ter indícios do que levam a melhores resultados no enfrentamento. Inicialmente foi avaliada a situação de saúde e confere a quantidade de ocorrências e mortes a cada 100 mil habitantes em um mês, o total de mortes por milhão de habitantes, a taxa de testes positivos e o acesso às vacinas. Posteriormente, é analisada a qualidade de vida observando a restrição do confinamento, a mobilidade cidadã, as perspectivas de crescimento econômico em 2020, o acesso à saúde e o índice de desenvolvimento humano. (BBC, 2020).

A classificação pode ser modificada ou atualizada, mas a empresa avalia que as profundas distinções tendem a permanecer. A Nova Zelândia, melhor avaliada face a pandemia reagiu ligeiramente aos primeiros episódios da Covid-19 e fechou suas fronteiras para controlar a epidemia evitando a introdução de novos casos. Além disso, houve um forte programa de testes e rastreamento de infectados, aliado a uma estratégia de comunicação clara e eficaz. (BBC, 2020).

Nessa perspectiva, com relativa normalidade, há maior possibilidade de recuperação e manutenção de atividades sociais comparando com outros países. Elizabeth King, professora de saúde global da Universidade de Michigan nos Estados Unidos, debate alguns motivos pelos quais há distinções e o motivo de algumas implicações. Inicialmente a professora King menciona que infraestruturas inferiores souberam enfrentar a Covid-19 de uma forma mais adequada adotando uma resposta quase imediata à epidemia evitando o descontrole inicial. A ação foi não farmacêutica baseada em evidências como uso de máscaras, distanciamento social unido a um sistema robusto para identificar casos e garantir suporte. (BBC, 2021). Foram observados estados de renda média e baixa como Mongólia, Montenegro e Vietnã implementando uma saúde pública mais eficaz em resposta a Covid-19 do que alguns países de renda mais alta. (GREER, S. et al., 2020)

Outra medida importante e que está atrelada às demais é a política social, o argumento é de que os indivíduos e os pequenos empreendimentos precisam de suporte para conseguirem sobreviverem e cumprirem as regras de restrição. Dadas as desigualdades que são nítidas na maioria dos países, há grande dificuldade no acesso aos cuidados médicos para alguns e para

que esses também permaneçam em casa. Então, esse suporte possibilita maior efetividade da ação.

Por fim, mais primordial, considera King, é a agilidade com que os governos praticaram suas estratégias certamente determina o sucesso contra a onda da Covid-19. Ou seja, atuar de forma apática e tardia, além de demasiadamente inconsistente e complexa é um caminho que leva a maior número de óbitos, doenças, além de implicar maiores custos e danos econômicos. (BBC, 2021)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou sintetizar as implicações de uma pandemia na economia e observar as ações utilizadas para suavizar os impactos. Sabendo da importância de uma política econômica assertiva para que um país trilhe o melhor caminho rumo a melhores indicadores é essencial observar a condução adotada pelos formuladores e a fim de que fazem uso desta ou daquela política.

Além do mais, conforme os resultados, a pesquisa se mostra relevante pois permite avaliar os impactos na realidade econômica brasileira e fornece auxílio aos debates sobre ajustamento das formulações das políticas. Assim, mediante aos instrumentos disponíveis aos governantes é possível que se façam intervenções conforme os cenários e os objetivos.

Neste trabalho pode-se dizer que o principal objetivo foi o de amenizar as consequências da pandemia da Covid-19, para tanto diversas ações foram executadas nesse sentido, no entanto, principalmente no caso brasileiro, as medidas poderiam ter alcançado resultados melhores se aliadas respostas econômicas e um plano de enfrentamento mais ágil e coordenado. Pode-se constatar isso haja vista as seguintes abordagens as quais deixou a desejar, ainda que tenha amenizado em algum grau com estímulos tardios ou menos coordenados:

Quanto às variáveis econômicas, em suma, o que ocorreu no período pré-pandemia e pós um ano dela foi que as taxas de juros saíram de 4,5% em 2019 para 2% em 2020 enquanto em 2021 a taxa já se aproximou dos 10%. Então, nesse sentido, se num primeiro momento o intuito foi estimular a liquidez e o investimento, em seguida o cenário mostrou a necessidade de controle da inflação, já que essa esteve controlada e dentro da meta (4%) no início de 2019, mas já supera 10% no acumulado em 2021 (setembro).

Em consonância tem-se o dólar que vem em crescente desde 2019, onde esteve em 4,04, passando para 4,75 em 2020, 5,22 ainda em 2020 e 5,64 até setembro de 2021. Junto a essas alterações, o comportamento do PIB, da renda e do consumo ocorreram de forma similar, pois vinham de aumento pré-pandemia (ano de 2019 em comparação ao de 2018) e recuaram bastante no ano de 2020, porém já em 2021 voltaram a crescer, e se comparados relativamente a variação é significativa, ou seja, contemplando resultados positivos. Assim, as políticas conseguiram estimular um maior consumo, um maior PIB e uma maior renda.

No entanto, cabe ressaltar que certamente o resultado é devido a um conjunto de fatores como as políticas econômicas, as restrições adotadas e o início das vacinações, além do cenário externo. Além disso, deve-se pensar no quão proporcional foram essas medidas, apesar de estimular em parte, tem-se fortes contrapartidas como a da alta inflação que presenciou um desemprego maior a cada ano, passando de 11% em 2019, para 13,5% em 2020, e chegando a 14,6% em maio de 2021, porém suavizado para 13,2% em agosto. Dessa forma, pode-se considerar que os efeitos foram atenuados, embora há evidências de que poderiam contemplar melhores resultados.

A percepção é de que fatores essenciais foram negligenciados, assim impossibilitando melhores resultados. A falta de coordenação e de um plano nacional admitindo a gravidade e a

necessidade de realizar grandes esforços para confrontar a pandemia fizeram falta, além da pouca agilidade nas intervenções e o entendimento de que era essencial ter o controle desde o início para que não se tivesse suas estruturas básicas pressionadas e comprometidas. Fundamental também seria ter adotado não só medidas a fim de ampliar a capacidade de enfrentar o vírus mas também buscar restringir as atividades que colaboram para a disseminação dele. Por fim, seria primordial agir antecipadamente unindo e organizando o país contra a pandemia, estimulando o seguimento dos protocolos de segurança da covid-19 e encorajando medidas corretas aliadas a intervenções baseadas em evidências. Assim, pode-se considerar a abordagem no enfrentamento da doença vista no Brasil aquém das possibilidades que o país tinha.

Por conseguinte, é perceptível que diversos fatores não permitiram que se tivesse os melhores resultados, mesmo tendo adotado medidas econômicas de forma adequada em dado momento haja vista as incertezas, as variáveis econômicas acabam sendo comprometidas pela falha na coordenação do enfrentamento que poderia contemplar menor número de óbitos, contágios e assim um retorno mais rápido às atividades implicando menor custo e dano econômico. Dessa forma, a pesquisa conclui que políticas e estímulos tardios e menos coordenados podem até amenizar em certo grau as implicações da pandemia, no entanto, conforme as abordagens mostradas e analisadas há indícios de que políticas diferentes trariam melhores resultados, além dessa hipótese ser confirmada, também é possível afirmar que medidas tardias de prevenção agravaram os impactos e comprometeram os resultados.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla da bibliografia para observar e discutir os diferentes aspectos que configuram melhores indicadores em diferentes países, considerando assim no mesmo período as mesmas variáveis e as diferentes medidas para que se possa comparar de forma conjunta os resultados advindos das políticas econômicas aliadas às medidas de enfrentamento.

Além disso, também é de fundamental importância a pesquisa de diferentes índices econômicos e o aprofundamento sobre as implicações e as perspectivas. Nesse sentido, recomenda-se de maneira similar, fixar uma boa quantidade de países e analisar as medidas econômicas e de enfrentamento adotadas e em qual período a fim de posteriormente poder comparar os resultados gerados de forma conjunta conforme o tempo de reação e o grau de restrição (guardada as devidas proporções e capacidades econômicas), deve-se se atentar para a disponibilidade de dados do período que for analisado e se há possibilidade de compará-los de forma adequada. Também é de grande estima ampliar a quantidade de variáveis a serem discutidas ou analisadas, além de contemplar um aprofundamento maior acerca das implicações nesses índices e como eles podem comprometer resultados futuros.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Consumo das famílias em supermercados cresce 4,84% em julho, 2021.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-09/consumo-das-familias-cresce-484-em-julho-diz-abras>>. Acesso em: 5 de nov. de 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: desemprego cai para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, 2021.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/ibge-desemprego-cai-para-132-no-trimestre-encerrado-em-agosto>>. Acesso em: 5 de nov. de 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano, 2021.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Uruguai anuncia medidas econômicas para combater coronavírus, 2020.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/uruguai-anuncia-medidas-economicas-para-combater-coronavirus>>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

AMITRANO, Cláudio Roberto; MAGALHÃES, Luis Carlos Garcia de; SILVA, Mauro Santos. **Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia Covid-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha, 2020.** Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9978>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atas do Comitê de Política Monetária - Copom, 2021.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 227ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, 2019.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom227-not20191211227.pdf>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 229ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, 2020.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom229-not20200318229.pdf>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 238ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, 2021.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom238-not20210505238.pdf>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boxes dos Relatórios, 2021.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boxrelatoriosinf>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política Monetária, s.d.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política Cambial, s.d.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/politicacambial>>. Acesso em: 5 de jul. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus - Relatório de Mercado, 2021.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acesso em: 19 de dez. de 2021.

BASTOS, S. B.; CAJUEIRO, D. O. Modeling and forecasting the COVID-19 pandemic in Brazil. arXiv preprint arXiv:2003.14288, 2020.

BALASSIANO, Marcel. **Expectativas para a Economia em 2020 Pré e Pós Coronavírus e Perspectivas para 2021**, 2020. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/expectativas-economia-2020-pre-e-pos-coronavirus-e-perspectivas-2021>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BBC. **Coronavírus: por que alguns países são mais eficientes que outros na luta contra a covid-19**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55704511>>. Acesso em: 4 de nov. de 2021.

BBC. **Coronavírus: os melhores e os piores países para se estar na pandemia**, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55095323>>. Acesso em: 4 de nov. de 2021.

CHE, Natasha; BERKMEN, Pelin. **O segredo do sucesso do Uruguai contra a COVID-19**, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/08/03/blog-uruguays-secret-to-success-in-combating-covid-19>>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

CIMINI et al. **Nota Técnica: Análise das primeiras respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento da COVID-19 disponíveis no Repositório Global Polimap**, 2020. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/component/phocadownload/category/18-noticias?download=1301:nt-cedeplar-polimap>> Acesso em: 2 de nov. de 2021.

CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil. **Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu**, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3561560>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. **Coronavírus: veja a cronologia da propagação do vírus descoberto na China**. Brasília, 29 de janeiro de 2020. Seção Mundo. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/01/29/interna_mundo,824286/coronavirus-veja-a-cronologia-da-propagacao-do-virus-descoberto-na-ch.shtml>. Acesso em: 12 jul. de 2021.

DELL'ARICCIA, G et al. **Políticas econômicas na guerra contra a COVID-19**, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/04/01/blog040120-economic-policies-for-the-covid-19-war>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Governo alemão anuncia pacote de estímulo de 130 bilhões de euros**, 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3dEhp>>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

EICHENBAUM, Martin; REBELO, Sergio; TRABANDT, Mathias. **The Macroeconomics of Epidemics**, 2020. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w26882>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

EFE. **Itália aprova maior pacote de estímulo da sua história para combater Covid-19**, 2020. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/portugal/economia/italia-aprova-maior-pacote-de-estimulo-da-sua-historia-para-combater-covid-19/50000443-4246148>>. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

FANG, H.; WANG, L.; YANG, Y. **Human mobility restrictions and the spread of the novel coronavirus (2019-ncov) in china**. National Bureau of Economic Research, 2020

FELICIELLO, Domenico; GAVA, Gustavo Bonin. **Economia e pandemia: lockdown, flexibilização e defesa da vida**, 2020. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/174/CadPesqNEPP89>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

FERGUSON, N. et al. **Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand**, 2020.

G1. **Brasil deve ter a 14ª maior taxa de desemprego do mundo em 2021, aponta ranking com 100 países, 2021.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/11/brasil-deve-ter-a-14a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-em-2021-aponta-ranking-com-100-paises.ghtml>>. Acesso em: 3 de nov. de 2021.

G1. **IPCA: inflação é a maior para maio em 25 anos e atinge 8,06% em 12 meses, 2021.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/09/ipca-inflacao-acelera-em-maio-e-chega-a-083percent.ghtml>>. Acesso em: 3 de nov. de 2021.

G1. **IPCA: inflação oficial fica em 1,16% em setembro e atinge 10,25% em 12 meses, 2021.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/08/ipca-inflacao-oficial-fica-em-116percent-em-setembro.ghtml>>. Acesso em: 4 de nov. de 2021.

G1. **PIB do Brasil despenca 4,1% em 2020, 2021.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/pib-do-brasil-despenca-41percent-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 3 de nov. de 2021.

GOMES DA SILVA, J. . **A healthy, innovative, sustainable, transparent, and competitive methodology to identify twenty benchmark countries that saved people lives against Covid-19 during 180 days.** International Journal for Innovation Education and Research, Dhaka, Bangladesh, v. 8, n. 10, p. 541–577, 2020. DOI: 10.31686/ijer.vol8.iss10.2710. Disponível em: <https://ijer.net/ijer/article/view/2710>. Acesso em: 6 nov. de 2021.

GOV. **Sobre Política Fiscal, 2020.** Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.

GREENSTONE, M.; NIGAM, V. Does social distancing matter?. University of Chicago, Becker Friedman Institute for Economics Working Paper, n. 2020-26, 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.** Página inicial. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

IBGE. **Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>>. Acesso em: 1 de nov. de 2021.

IBGE. **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA.** Disponível em: <http://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca_ibge.html>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

IMF. **International Monetary Fund, 2021.** Página inicial. Disponível em: <<https://www.imf.org/es/home>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

INFO MONEY. **BC eleva Selic em 1,5 ponto, para 7,75% ao ano, e projeta outro ajuste da mesma magnitude na próxima reunião, 2021.** Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/banco-central-eleva-selic-em-15-ponto-para-775-ao-ano-no-maior-patamar-desde-2017/>> Acesso em: 1 de nov. de 2021.

IPEADATA. **Dados e indicadores, 2021.** Página inicial. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

JOVEM PAN. **Inflação acumulada em setembro vai a 10,25% e é a maior em 5 anos, 2021.** Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/economia/inflacao-acumulada-em-setembro-vai-a-1025-e-e-a-maior-em-5-anos.html>>. Acesso em: 19 de dez. de 2021.

KISSLER, Stephen M. et al. **Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period.** Science, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard.** Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em 12 jul. de 2021.

PEÑA, S. et al. PoliMap: **A taxonomy proposal for mapping and understanding the global policy response to COVID-19**, 2020.

PESQUISA FAPESP. **“O negacionismo comprometeu a resposta do Brasil à pandemia”**, 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-negacionismo-comprometeu-a-resposta-do-brasil-a-pandemia/>> Acesso em: 2 de nov. de 2021.

POLITIZE. **“Entenda tudo sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”**, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/programa-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-renda/>> Acesso em: 18 de dez. 2021.

GREER, S. et al. 2020 **The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses**, *Global Public Health*, 15:9, 1413-1416, DOI: 10.1080/17441692.2020.1783340

SINTRIAL. **Crise econômica e desemprego já eram realidade antes da pandemia no Brasil**, 2021. Disponível em: <<http://www.sintrialdoisvizinhos.com.br/crise-economica-e-desemprego-ja-eram-realidade-antes-da-pandemia-no-brasil/>> Acesso em: 1 de nov. de 2021.

SILVA, Mauro. **POLÍTICA ECONÔMICA EMERGENCIAL ORIENTADA PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: MEDIDAS FISCAIS, DE PROVISÃO DE LIQUIDEZ E DE LIBERAÇÃO DE CAPITAL**, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2576.pdf> Acesso em: 20 de dez. de 2021.

SOARES, Adilson; MENEZES, Ricardo. **Coronavírus no Brasil: a marcha da insensatez**, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5yX9fgRWPFXzGYtVvygnVpD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 5 de nov. de 2021.

TOZZI, Marcela et al. **AFINAL, VOCÊ SABE O QUE É CORONAVÍRUS?**, s.d. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/35-o-que-e-coronavirus>>. Acesso em 12 jul. de 2021.

UOL. **Inflação fecha 2020 a 4,52%, acima do centro da meta; é a maior desde 2016**, 2021. Disponível em: <[https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/12/inflacao-dezembro-2020-ibge-ipca.htm#:~:text=Em%202019%2C%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20foi,cima%20\(5%2C5%25\)>](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/12/inflacao-dezembro-2020-ibge-ipca.htm#:~:text=Em%202019%2C%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20foi,cima%20(5%2C5%25)>)>. Acesso em 1 de nov. de 2021.

UOL. **PIB 2020: Consumo das famílias tem maior queda desde 1996 com coronavírus**, 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/pib-2020-ibge-consumo-familias.htm>>. Acesso em: 3 de nov. de 2021.

WORLD BANK. **The World Bank In Brazil**, 2021. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.